

RIQUEZAS SOB RISCO

Estado contra reserva intocável

Euzivaldo Queiroz - 6/jun/2002

ÓRGÃOS DE PROTEÇÃO DO MEIO AMBIENTE SE UNEM CONTRA PROJETO DO GOVERNO FEDERAL QUE ATINGE ÁREA ENTRE OS MUNICÍPIOS DE APUÍ E MAUÉS

O Amazonas está prestes a ser novamente prejudicado pelo Governo Federal, que pretende implantar no Estado uma Política de Proteção Integral para tornar diversas áreas do território amazonense locais de "intocabilidade", ou seja, livres da presença de habitantes e da exploração racional dos recursos naturais.

O projeto do Governo Federal, que envolve uma área de 1,5 milhão de hectares do território amazonense, não leva em consideração as particularidades da Região Amazônica, como a pesca de subsistência e o uso dos rios como meio de transporte.

De acordo com o presidente do Ipaam, Estevão Monteiro de Paula, o Governo Federal deve ouvir as sugestões apresentadas pelo Governos do Amazonas, que possui estudos aprofundados sobre as especificidades da região. "Não podemos esquecer que, nas áreas de 'intocabilidade' existem famílias que moram no local há vários

anos. São ribeirinhos que, acima de tudo, ajudam a preservar a Amazônia", frisou Estevão.

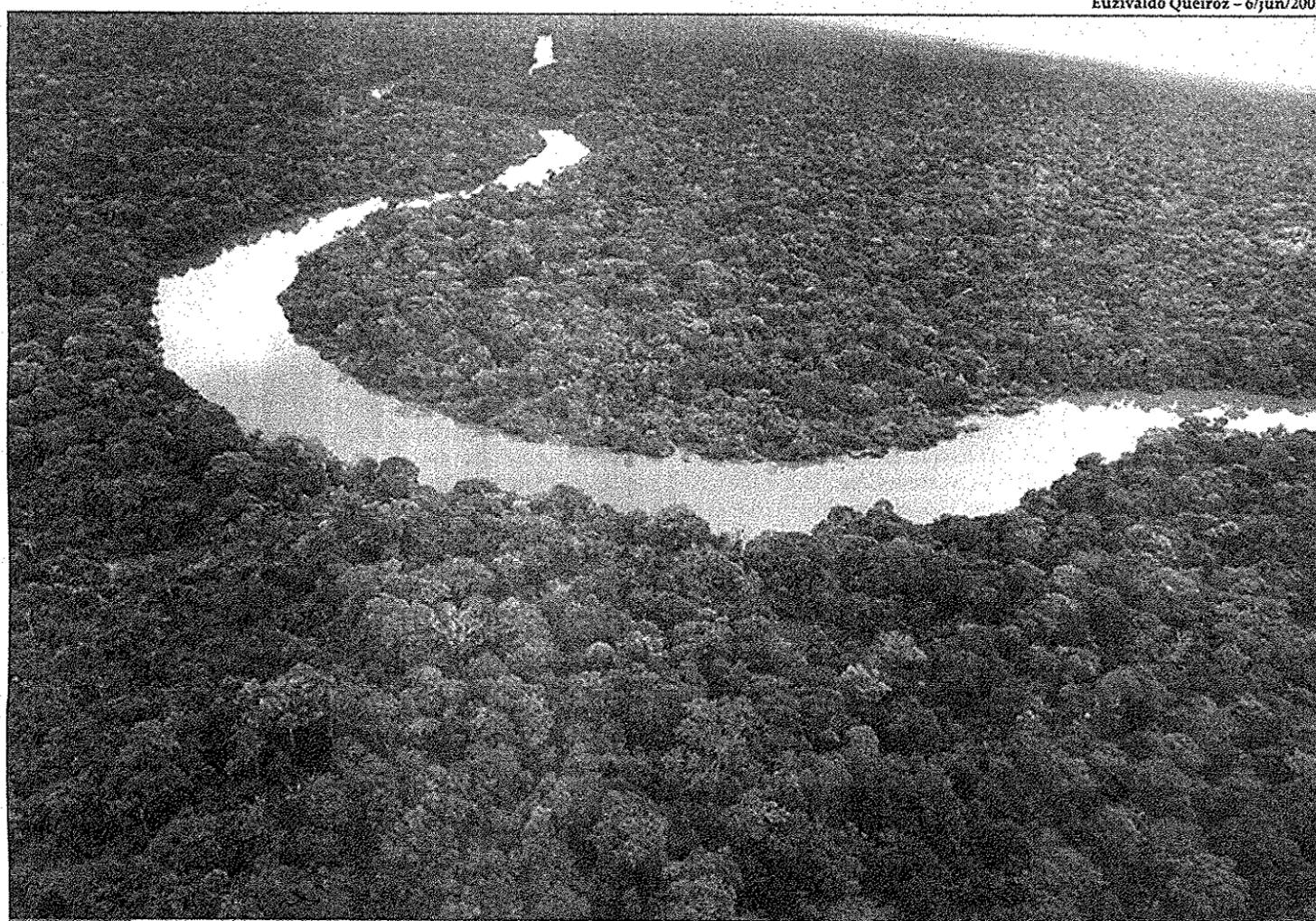
INTERESSE

O interesse do Governo Federal deve-se às riquezas naturais encontradas na área em discussão, que se estende entre os Municípios de Apuí e Maués. Segundo o Ipaam, a região é rica em minérios e, principalmente, recursos hídricos. "O Governo Federal não pode criar áreas de conservação sem antes consultar o Governo do Amazonas", acrescentou Estevão.

Para solucionar o problema, o Ipaam reuniu ontem de manhã, em Manaus, diversos órgãos que atuam na proteção do meio ambiente amazônico, como o Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Amazonas (Idam), Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), Polícia Militar, Sistema de Vigilância da Amazônia (Sivam) e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), dentre outros.

DEFESA

O objetivo da reunião foi elaborar um projeto que revele as características naturais do Amazonas, como a preocupação pelos habitantes da região, o uso racional dos recursos naturais, o combate à exploração ambiental e o uso dos rios como meio de transporte, dentre outros temas.



ABUFARI Direção do Ipaam alerta que peculiaridades da região não são consideradas quando o Governo Federal define reserva

Quando estiver pronto, o projeto será enviado ao Governo Federal, que usará as informações

para a criação de uma política ambiental adequada aos padrões amazônicos.

"Temos que lutar pela preservação do Amazonas, mas não podemos esquecer das centenas

de famílias que vivem nas áreas de proteção ambiental", destacou o presidente do Ipaam.

ASSENTAMENTOS E ESTRADAS CLANDESTINAS



MADEIRA Invasores entram na floresta e acampam

Invasão ao território amazonense

O Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (Ipaam) e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama) detectaram um crescimento no número de invasões de terras nos Municípios de Humaitá, Manicoré e Novo Aripuanã. As invasões são feitas, geralmente, por pessoas oriundas dos Estados do Pará, Mato Grosso e Rondônia, que derrubam a mata e constroem pequenos

acampamentos às margens das estradas e ramais. De acordo com o Ipaam, o aumento no número de invasões é resultado de uma campanha publicitária criada por madeireiras de Mato Grosso e Rondônia, que estimulam centenas de agricultores a invadirem o território amazonense. A idéia tem atraído diversos assentamentos que abrem estradas clandestinas, levando centenas de famílias até as áreas protegidas contra devastação. "A campanha publicitária divulga a idéia de que o território amazonense é fértil. A madeira pode ser extraída facilmente e vendida para as madeireiras. Isto é um erro

gravíssimo", explicou o presidente do Ipaam, Estevão Monteiro de Paula. **DEVASTAÇÃO** O Ibama estima que, apenas nos primeiros meses de invasão, os assentamentos tenham devastado uma área de aproximadamente 16 quilômetros às margens das estradas clandestinas. "Essas estradas são abertas com apoio das madeireiras. A idéia era vender o território amazonense para mais de 50 mil famílias das Regiões Norte e Centro-Oeste do País", destacou o presidente do Ipaam. Para evitar o aumento das invasões, o Ipaam e o Ibama já colocaram em prática um projeto que combate o

desmatamento e põe fim ao uso indiscriminado da área. O projeto de gestão ambiental visa restaurar os locais desmatados e impedir que novas invasões aconteçam no território amazonense. O Ipaam também pretende criar unidades de conservação que tenham a participação dos moradores ribeirinhos e das prefeituras municipais. "A partir de agora, vamos contar com o trabalho de técnicos ambientais e moradores ribeirinhos para restaurar o meio ambiente devastado pelas invasões. O projeto já está em prática e, em breve, teremos os primeiros resultados", concluiu Estevão.